



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING IMPRESSO

03/10/2017

INDICE

1. JORNAL AQUI	
1.1. VARA CRIMINAL.....	1
2. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
2.1. CENTRO JUDICIÁRIO DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS.....	2 - 3
2.2. DECISÕES.....	4 - 7
2.3. ELEIÇÕES TJ.....	8 - 9
2.4. VARA CRIMINAL.....	10
3. JORNAL O DEBATE	
3.1. CENTRO JUDICIÁRIO DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS.....	11
4. JORNAL O IMPARCIAL	
4.1. FÓRUM DE SÃO LUÍS.....	12
4.2. PRESIDÊNCIA.....	13 - 17
4.3. VARA CRIMINAL.....	18
5. JORNAL O PROGRESSO	
5.1. CNJ.....	19 - 20
5.2. JUÍZES.....	21 - 22
5.3. VARA CÍVEL.....	23 - 24
6. JORNAL PEQUENO	
6.1. CASAMENTO COMUNITÁRIO.....	25
6.2. CENTRO JUDICIÁRIO DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS.....	26
6.3. PRESIDÊNCIA.....	27 - 28
6.4. SERVENTIAS EXTRAJUDICIAIS.....	29
6.5. VARA CRIMINAL.....	30
6.6. VARA CÍVEL.....	31

VIOLÊNCIA SEXUAL

Homem que estuprou e engravidou menina é capturado

A Polícia Civil, através da Delegacia Regional de Caxias, efetuou a prisão de Jailson da Silva de Sousa, de 21 anos, em cumprimento a mandado de prisão preventiva expedido pela juíza da 5ª vara de Caxias. O suspeito foi denunciado pelo crime de estupro de vulnerável, no que resultou na gravidez da vítima. A prisão se deu no povoado Olho d'Água, zona rural, divisa entre Caxias e Matões. Por duas vezes Jailson conseguiu fugir do cerco policial, em outras localidades. De posse do novo endereço de Jailson, a equipe conseguiu prendê-lo. Familiares do suspeito ainda tentaram impedir a ação dos policiais civis, mas foram contidos. Jailson foi encaminhado à UPR Caxias. Há notícias de que ele vinha ameaçando a vítima e seus familiares.

Núcleo orienta sobre a Semana da Conciliação

Evento do Tribunal de Justiça ocorrerá no período de 27 de novembro a 1º de dezembro deste ano

Membros do Núcleo de Solução de Conflitos do Tribunal de Justiça do Maranhão, secretários judiciais, representantes de empresas e órgãos da Administração Pública Estadual reuniram-se para tratar da 12ª edição da Semana Nacional da Conciliação, que ocorrerá no período de 27 de novembro a 1º de dezembro deste ano.

No encontro – que ocorreu no Salão do Júri, no Fórum de São Luís, no Calhau –, ficou estabelecido que as empresas deverão enviar, até o dia 16 deste mês, planilhas com os processos que estarão na pauta da Semana. As planilhas serão encaminhadas aos juizados da Capital e do Interior, onde tramitam os processos, assim como para as varas Cíveis e de Família. Os processos em pauta são de todo o Maranhão, incluindo São Luís.

Caberá às empresas – por meio dos setores competentes – a filtragem dos processos que podem ser resolvidos por meio da conciliação, ou seja, aqueles em que as empresas estejam aptas a oferecer propostas com possibilidade de aceitação pelos autores, para o seu arquivamento definitivo.

O coordenador do Núcleo de Conciliação, juiz Alexandre Abreu, conduziu a reunião e disse que é muito importante o Judiciário lançar uma campanha de conciliação, sendo interessante também que a sociedade abrace a ideia e entenda que é possível resolver questões do seu interesse por meio de acordos.

Na oportunidade, o magistrado fez uma explanação sobre a Resolução 432017, que possibilita ao Juízo a busca da resolução de conflitos nas

demandas passíveis de autocomposição, que tramitam no Poder Judiciário, com a utilização de plataforma digital pública.

A recomendação prevê que, caso a mediação ou conciliação seja admitida pelo juízo, o processo fique suspenso até que a parte junte aos autos a prova da busca pela plataforma digital, podendo ocorrer até mesmo a extinção do feito em razão da ausência deste documento.

Ofício

Ontem, o Núcleo de Solução de Conflitos do TJMA encaminhou ofício à Corregedoria Geral da Justiça recomendando que sejam suspensas as audiências de instrução durante a Semana Nacional da Conciliação, para que seja estimulada a efetivação de acordos durante sua realização. ●

MAIS

Representantes de empresas

Participaram da reunião os representantes da Caema, Claro, Magazine Liliani, Credishop, Lojas Gabryella, Sky, Amil, Banco do Brasil, Bradesco, Itaú, Procuradoria Geral do Estado (PGE), Secretaria Estadual da Fazenda e Ceap. Os secretários das 1ª, 4ª, 6ª e 7ª Varas de Família e das 1ª, 3ª, 4ª, 11ª, 13ª e 15ª Varas Cíveis também participaram da reunião.



Reunião que discutiu medidas da Semana Nacional de Conciliação

ESTADO MAIOR

Correção

O Estado informou ontem, equivocadamente, que a advogada Ana Graziella representou contra o promotor Paulo Roberto Barbosa Ramos.

Na verdade, foi Paulo Roberto quem tentou intimidar a advogada, com instauração de inquérito para investigar sua atividade profissional.

A procuradoria de Defesa das prerrogativas do Conselho Federal da OAB e a Comissão de Defesa e Assistência dos Advogados da seccional maranhense conseguiram Habeas Corpus que garantiu os direitos da advogada e trancou o inquérito. O TJ reconheceu que houve excesso na conduta do promotor.

OAB repudia declarações de promotor do Caso Sefaz

Em nota, entidade diz que, ao criticar instituição, Paulo Ramos “demonstra sua afeição anacrônica ao totalitarismo”; Defensoria também já protestou

GILBERTO LÉDA
Da editoria de Política

A Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional Maranhão, também emitiu nota contra as recentes declarações do promotor do Caso Sefaz, Paulo Roberto Barbosa Ramos, a respeito de defensores públicos, do Judiciário e de políticos.

Antes da entidade, a Associação dos Defensores Públicos do Maranhão (ADPE-MA) já havia se manifestado sobre o caso.

As notas vieram após uma série de postagens do membro do MP em rede social. Ao comentar o fato de a Defensoria Pública da União requerer que o estado do Rio de Janeiro receba de volta chefes do tráfico de drogas que estão em presídios federais, o membro do Ministério Público do Maranhão (MPMA) referiu-se ao órgão como sendo uma “instituição a serviço do crime”, “ridícula” e “que defende a desordem”.

Ele também defendeu a criação de um “outro Judiciário” para mora-

lizar o Brasil e sugeriu que a população se rebele contra “esses políticos safados”.

“A OAB repudia, com veemência, referências feitas pelo Promotor de Justiça, Paulo Roberto Barbosa, em sua rede social, em clara violação aos preceitos constitucionais da defesa das garantias e direitos fundamentais, ao afirmar que defensores públicos, por exercerem, na forma da lei, a defesa processual penal estariam ‘a serviço do crime’”, diz a nota. “Do

mesmo modo, merece absoluta reprovção os ataques as instituições Defensoria Pública e ao Poder Judiciário brasileiros”, continua.

A Ordem destaca, ainda, que, ao se posicionar contra instituições como a Defensoria, Paulo Ramos “demonstra sua afeição anacrônica ao totalitarismo”. O comunicado destaca, também, que esta não foi a primeira manifestação do gênero por parte do promotor.

Abaixo, a íntegra da nota de repúdio da OAB-MA. ●

NA WEB

Hildo Rocha defende Reforma Tributária

oestadoma.com/435355

Mais notícias de Política em:
oestadoma.com

NOTA DE REPÚDIO

A Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional Maranhão, repudia, com veemência, referências feitas pelo Promotor de Justiça, Paulo Roberto Barbosa, em sua rede social, em clara violação aos preceitos constitucionais da defesa das garantias e direitos fundamentais, ao afirmar que defensores públicos, por exercerem, na forma da lei, a defesa processual penal estariam “a serviço do crime”. Do mesmo modo merece absoluta reprovação os ataques as instituições Defensoria Pública e ao Poder Judiciário brasileiros. Os operadores do Direito, incluindo aqui também os Promotores de Justiça, devem atuar no fortalecimento da Democracia, do Estado de Direito e na defesa da cidadania e não atacar o exercício do direito de defesa no intuito de cerceá-lo, e nem, muito menos, os profissionais

e as instituições responsáveis pela concretização de tais direitos, tal qual a defensoria pública. A defesa da liberdade de expressão não pode ser utilizada como subterfúgio à realização de ataques a qualquer instituição democrática, e o limite sobre isso é imposto pela lei e pela Justiça. O exercício do direito de defesa não será mitigado, seja pela tentativa de extinção de órgãos que prestam assessoria jurídica gratuita, seja em razão de ataques à advocacia em geral. Não se olvide que o modelo constitucional de assistência integral e gratuita, adotado pelo Brasil através das defensorias públicas, está em perfeita consonância com as diretrizes internacionais, a exemplo da Resolução 67/187 da ONU e da Resolução AG/RES 2887/2016 da OEA. Merece relevo, outrossim, que

os direitos e garantias fundamentais, conquistados após muita luta pelo povo brasileiro, servem, exatamente, para confrontar os arroubos e arbítrios de certas autoridades, como o indigitado promotor, cujos ataques ao direito de defesa e a inaceitável confusão entre defensores e réus tem sido rotineiro, no que demonstra sua afeição anacrônica ao totalitarismo, bem como corrobora a importância de que haja o fortalecimento dos responsáveis pelo sistema de defesa, na medida em que somos a voz do cidadão junto ao Poder Judiciário, inclusive e especialmente, para combater os arbítrios de pessoas que, ao exercerem certos cargos, confundem “autoridade” com “autoritarismo”. Ainda que o país viva uma crise política, moral e econômica sem precedentes,

que, certamente, é fruto das desventuras de um modelo político superado, a Ordem dos Advogados do Brasil não tolerará gritos que tentem calar os responsáveis pelo direito de defesa, ou que busquem limitar garantias constitucionais fundamentais aos cuidados desse País. Como operários da democracia, por genuíno mandato constitucional, incumbe a nós, também como operadores do direito, a sensível tarefa de construirmos as pontes entre as forças vivas da Nação, para que por elas transitem no ordenamento jurídico dentro da mais legítima sensação de segurança em relação aos instrumentos de Estado, aí se incluindo a advocacia, o Poder Executivo, Legislativo, o Judiciário, Procuradorias, as Defensorias Públicas e o Ministério Público que devem respeitar-se mutuamente.

Nota

OAB repudia declarações de promotor do Caso Sefaz

Entidade disse que, ao se posicionar contra instituições como a Defensoria Pública, Paulo Ramos “demonstra sua afeição anacrônica ao totalitarismo”. ADPE-MA já havia se manifestado. **POLÍTICA 3**

Tribunal de Justiça

**Nelma
Sarney
prega
consenso**

POLÍTICA 3

“Minha proposta é de harmonia”, diz Nelma Sarney antes de eleição

Mesmo falando pouco sobre o pleito no Tribunal de Justiça, desembargadora comentou a disputa interna e falou de seus planos, caso seja eleita presidente

GILBERTO LÉDA
Da editoria de Política

A desembargadora Nelma Sarney, do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), concedeu ontem entrevista exclusiva a **O Estado**. Ela falou um pouco sobre a eleição para a Mesa Diretora da Corte - algo inédito nas últimas décadas, marcadas por eleições protocolares, por aclamação - e dos seus planos, caso seja escolhida a nova presidente.

Ainda em conversas com os colegas desembargadores em busca de votos - a disputa será com o desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos -, Nelma diz que, se eleita, pretende fazer uma “gestão compartilhada”.

“Só se pode administrar um órgão se for de forma compartilhada com seus pares. E é isso o que eu espero, é isso que eu desejo: que esse meu trabalho seja reconhecido”, disse.

Segundo ela, além dos desembargadores, servidores e juízes também serão ouvidos na sua administração.

“A minha administração no Tribunal de Justiça será compartilhada com todos os meus pares, com todos os meus colegas, com todos os funcionários, os juízes, como foi na Corregedoria”, completou.

A magistrada acrescenta que, apesar da iminente disputa, ainda acredita em alguma forma de consenso e ressalta que segue buscando apoio.

“Tenho conversado com todos,



Paulo Soares

Desembargadora Nelma Sarney trabalha pela harmonia entre os desembargadores para manter a tradição

**Desembargadora
ainda acredita
em consenso**

**Nelma destacou
apoio dos
servidores do TJ**

tenho procurado os desembargadores, com todos os colegas que estão me dando a oportunidade de conversar, eu tenho procurado conversar”, comentou.

“Essa é minha proposta, de harmonia”, reiterou.

Apoio

Durante a entrevista, Nelma Sarney também destacou o apoio que tem recebido de servidores do Judiciários. Em recente eleição simulada, realizada no site do Sindicato dos Servidores da Justiça do Maranhão (Sindjus), a desembargadora apare-

ceu com mais de 95% dos votos.

Para ela, trata-se de reconhecimento ao trabalho desenvolvido “em prol do Poder Judiciário” maranhense ao longo dos últimos anos.

“Foi a resposta de um trabalho que eu venho ao longo do tempo desenvolvendo. É o reconhecimento, por parte dos servidores, do meu posicionamento e do meu trabalho em prol do Poder Judiciário do Maranhão. Acho que isso está plenamente demonstrado por meio dessa eleição simulada: a preocupação dos funcionários com o respeito à tradição”, concluiu. ●

Acusado de matar médico sentará no banco dos réus

Julgamento de Renã Manuel Souza está previsto para ocorrer na terça, dia 3, no Fórum de Caxias, e pode ter uma pena acima de 30 anos

Após mais de cinco anos do assassinato do médico Edvaldo Daniel Feitosa Filho, de 29 anos, o acusado, identificado como Renã Manuel Souza, de 24 anos, vai ser julgado na manhã de hoje, no Fórum Desembargador Arhtur Almeida Lima, em Caxias. Segundo a polícia, o médico foi morto a golpes de faca durante uma discussão em uma micareta, ocorrida no dia 7 de junho de 2012, nessa cidade. O acusado pode ter uma pena acima de 30 anos de cadeia.

O julgamento está previsto para começar ainda por volta das 9h30 e pretende se estender durante todo o dia. No decorrer da sessão, vão ser ouvidas testemunhas, o acusado como também deve haver o debate

**Após crime,
Renã fugiu
para São Luís**

**Crime ocorreu
durante uma
micareta**

entre a defesa e o representante do Ministério Público.

Renã Souza, depois do crime, chegou a fugir para a capital, mas acabou se apresentado em companhia de advogados na Superintendência da Polícia Civil do Interior (SPCI), na Vila Palmeira, onde prestou esclarecimento e, logo após, liberado.

O pai da vítima, médico Edvaldo Feitosa, declarou em entrevista ontem à **TV Mirante** que a justiça possa ser feita e o acusado possa pagar pelo crime que cometeu. "Queremos que a justiça seja feita e o suspeito possa pagar pelo seu



Renã Manuel Souza, acusado de matar médico, sendo conduzido

crime na cadeia", desabafou Edvaldo Feitosa.

Crime

A polícia informou que a vítima já teria se envolvido em briga com os amigos do acusado. Na madrugada do dia 7 de junho de 2012, ocorreu mais um desentendimento entre o médico Edvaldo Filho com os amigos de Renã Souza quando participavam de uma micareta na Avenida Senador Alexandre Costa, no centro de Caxias.

No momento da confusão, Renã Souza e um homem, não identificado, teriam desferidos golpes de faca no médico. As facadas atingiram as costas e o abdômen da vítima, que foi levada ao hospital

“ Queremos que a justiça seja feita, e o suspeito possa pagar o seu crime na cadeia”

EDVALDO FEITOSA,
pai da vítima

dessa cidade, mas faleceu.

Os acusados fugiram do local e houve informações de que teriam ido para Teresina, no estado do Piauí. O caso foi investigado pela equipe da Delegacia Regional de Caxias, coordenado pelo delegado Jair de Paiva Lima. ●

BateRebate

SEMANA NACIONAL DA CONCILIAÇÃO



Autores de todo o país podem inscrever seus artigos para Membros do Núcleo de Solução de Conflitos do Tribunal de Justiça do Maranhão, secretários judiciais, representantes de empresas e órgãos da Administração Pública Estadual reuniram-se para tratar da 12ª edição da Semana Nacional da Conciliação, que ocorrerá no período de 27 de novembro a 1º de dezembro deste ano.

No encontro – que ocorreu no Salão do Júri, no Fórum de São Luís, no Calhau – ficou estabelecido que as empresas deverão enviar, até o dia 16 deste mês, planilhas com os processos que estarão na pauta da Semana.

As planilhas serão encaminhadas aos juizados da Capital e do Interior, onde tramitam os processos, assim como para as varas cíveis e de família. Os processos em pauta são de todo o Maranhão, incluindo São Luís.

Caberá às empresas – por meio dos setores competentes – a filtragem dos processos que podem ser resolvidos por meio da conciliação, ou seja, aqueles em que as empresas estejam aptas a oferecer propostas com possibilidade de aceitação pelos autores, para o seu arquivamento definitivo.

O coordenador do Núcleo de Conciliação, juiz Alexandre Abreu, conduziu a reunião e disse que é muito importante o Judiciário lançar uma campanha de conciliação, sendo interessante também que a sociedade abrace a ideia e entenda que é possível resolver questões do seu interesse por meio de acordos.

Na oportunidade, o magistrado fez uma explanação sobre a Resolução 432017, que possibilita ao Juízo a busca da resolução de conflitos nas demandas passíveis de autocomposição, que tramitam no Poder Judiciário, com a utilização de plataforma digital pública.

A recomendação prevê que, caso a mediação ou conciliação seja admitida pelo juízo, o processo fique suspenso até que a parte junte aos autos a prova da busca pela plataforma digital, podendo ocorrer até mesmo a extinção do feito em razão da ausência deste documento.

>> ANOTA AÍ!

Exposição Primavera - A estação das flores ganhou homenagem do artista plástico Roberth James, com a exposição "Primavera", em cartaz na Galeria Celso Antônio de Menezes, no hall do Fórum Des. Sarney Costa (Calhau). A exposição, que vai até o próximo dia 5 de outubro, está aberta ao público de segunda a sexta-feira, das 8h às 18h.

SEM ACLAMAÇÃO

Presidência do TJ, desta vez, é no voto?

Os 27 desembargadores do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) estarão juntos amanhã, às 9h, para escolher os próximos integrantes da Mesa Diretora que irá comandar o Judiciário estadual no biênio 2018/2019. E o diferencial deste pleito deverá ser uma eleição bem apertada e não por aclamação como em pleitos anteriores.

POLÍTICA

Eleição no TJ: dessa vez é no voto

Escolha do próximo presidente do Tribunal de Justiça ocorrerá em votação secreta. Se for mantida tradição da lista de antiguidade, desembargadora Nelma Sarney leva vantagem

Os 27 desembargadores do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) estarão juntos amanhã, às 9h, para escolher os próximos integrantes da Mesa Diretora que irá comandar o Judiciário estadual no biênio 2018/2019. A Sessão Plenária Administrativa está sendo aguardada com grande expectativa, uma vez que estão em disputa os cargos de presidente, vice-presidente e corregedor-geral. E o diferencial deste pleito deverá ser uma eleição bem apertada e não por aclamação como em pleitos anteriores.

Segundo a assessoria de comunicação do TJMA, seis desembargadores estão aptos a concorrer: Nelma Sarney, José Joaquim Figueiredo dos Anjos, Marcelo Carvalho, Maria das Graças de Castro Duarte Mendes, Paulo Velten e Lourival Serejo. Todos estes magistrados atendem às exigências do pleito, contidas no Regimento Interno do Tribunal. Mas, na prática, a disputa está polarizada entre Nelma Sarney e José Joaquim.

Na história recente do Tribunal, a tradição sempre foi respeitada na hora de escolher um novo líder. Nos últimos sete pleitos, pelo menos, o colega aclamou sucessivamente o desembargador mais antigo em atividade. Dos desembargadores que podem assumir a presidência do TJMA, Nelma Sarney é quem, na teoria, tem maiores possibilidades de ser eleita. Na teoria, a magistrada venceria, uma vez que é a desembargadora que encabeça a lista de antiguidade do Tribunal.

Tradicionalmente, é utilizada tal lista para escolher os membros da Mesa Diretora, mas isso não significa que a tradição deva ser seguida à risca. É possível eleger um desembargador que não seja o mais antigo do Poder Judiciário.

Esse modelo vem sendo adotado pelo TJMA há pelo menos desde a década de 90. Isso significa que o membro mais antigo é aclamado presidente e, em seguida, são preenchidas as vagas de corregedor e vice com os demais desembargadores. A manutenção da tradição é considerada por membros do Judiciário como algo importante porque as disputas podem atrapalhar o bom andamento do tribunal.

Bastidores

O atual presidente do TJMA, Cleones Cunha, e o desembargador José Joaquim, candidato, uniram-se para mudar o cenário da disputa. Lançaram o desembargador Joaquim, convenceram e consolidaram um grupo de pelo menos 12 colegas e agora lutam para garantir um ou dois votos para desbancar Nelma.

Qualquer contagem, no momento, pode se caracterizar como mera especulação. Mas é fato que, dos 27 magistrados, 12 estão com Nelma e 12 com Joaquim. Três flutuam. E são intensamente assediados por ambos os lados. “Essa eleição será decidida por um ou dois votos. No máximo três. Está muito equilibrado”, comenta uma fonte do Tribunal ouvida pela reportagem.

Segundo apurou **O Imparcial**,

Jamil Gedeon, Paulo Velten e Vicente de Paula não definiram votos. Eles têm conversado intensamente com ambos os lados. Avaliam o cenário, sem dar pistas. Ricardo Duailibe, para alguns desembargadores, também é voto incerto.

Jaime Ferreira de Araújo, embora contabilizado por Joaquim como voto certo, também é dúvida. Ele teria motivos de sobra para não ir com nenhuma das correntes. Apostar que ele votará em branco é factível.

Política

Mais uma vez, a polarização tem em um dos lados o ex-presidente José Sarney, que tem se envolvido pessoalmente na articulação. Sarney esteve em São Luís, conversou com desembargadores e deu força à Nelma.

No atual cenário político maranhense, se de um dos lados está Sarney, no oposto está o governador Flávio Dino. Atribuem a ele a articulação organizada por Cleones e Joaquim contra a representante da família Sarney no Judiciário. Cleones, próximo a Dino, nega veementemente, bem como Joaquim.

O fato é que, em ano pré-eleitoral, a disputa que toma os bastidores dos partidos também invadiu o Judiciário. O objetivo é, sem dúvida, político e (por que não?) eleitoral. Tanto para Dino, quanto para Sarney, ter o domínio da Justiça maranhense em véspera de eleição é fundamental. Representa poder. E ter poder, sobretudo no Maranhão, é ter voto.

Eleição

No TJMA, não há prazo para que os desembargadores se inscrevam na eleição pela presidência. Isso significa que os magistrados aptos se manifestam, oficialmente, somente no dia da sessão. A votação é secreta. Para que a eleição seja válida, é preciso ter um quórum de dois terços dos membros do tribunal. Ou seja, dos 27 desembargadores, 18 devem estar presentes no Plenário. Para cada cargo da Mesa Diretora, será feita uma votação e considerado eleito o desembargador que obtiver a maioria absoluta dos votos dos presentes. Cada eleição terá cédula própria, na qual serão incluídos, na ordem decrescente de antiguidade, os nomes dos desembargadores que concorrerão ao cargo. Os desembargadores que não desejem assumir cargos na Mesa Diretora devem desistir antes do início da votação. Os eleitos serão empossados somente no dia 15 de dezembro.



FOTOS: DIVULGAÇÃO

Sessão Plenária Administrativa para a escolha da Mesa Diretora terá início às 9h de amanhã



Nelma Sarney e José Joaquim são os mais cotados a vencer eleição

SEM NOÇÃO.....

Preventiva para autor de estupro de menor

A Polícia Civil, por meio da Delegacia Regional de Caxias, efetuou a prisão de Jailson da Silva de Sousa, de 21 anos, em cumprimento a mandado de prisão preventiva expedido pela juíza da 5ª Vara de Caxias. O suspeito foi denunciado pelo crime de estupro de vulnerável, o que resultou na gravidez da vítima. A prisão se deu no povoado Olho d'Água, zona rural, divisa entre Caxias e Matões.

Por duas vezes, Jailson conseguiu fugir do cerco policial, em outras localidades. De posse do novo endereço de Jailson, a equipe conseguiu prendê-lo. Familiares do suspeito ainda tentaram impedir a ação dos policiais civis, mas foram contidos. Jailson foi encaminhado à UPR Caxias. Há notícias de que ele vinha ameaçando a vítima e seus familiares.



Jailson: preventiva decretada

Ameaça a magistrados é monitorada por departamento do CNJ

O Departamento de Segurança Institucional do Poder Judiciário (DSIPJ), órgão do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), recebeu, no último ano, 20 informes de casos de supostas ameaças a juízes e um caso de pretensa ameaça genérica contra membros da magistratura. As ocorrências foram processadas em documentos intitulados Análises Preliminares.

As providências adotadas pelo Departamento vão desde a solicitação de medidas protetivas, até a apuração dos fatos, por meio do levantamento de informações sobre as vítimas, o ameaçador, o contexto e o propósito da ameaça para delimitar seu alcance. No caso das medidas de proteção já adotadas, buscou-se avaliar a necessidade e adequação, sugerindo, caso necessário, outras medidas pertinentes. Para tanto foram feitas entrevistas com as vítimas e atores relevantes, pesquisas em bancos de dados e fontes abertas.

Os casos chegaram ao CNJ por fontes diversas. Os tribunais reportaram casos, assim como associações de classe, a Corregedoria Nacional de Justiça, o Comitê Gestor do Sistema Nacional de Segurança do Poder Judiciário, além organizações não-governamentais.

Em alguns casos, o Departamento solicitou apoio à polícia judiciária para instauração de inquéritos policiais, e, em outros casos, pediu especificamente à Polícia Federal (PF) a elaboração de Relatório de Aná-

lise de Risco. Outras medidas incluíram a solicitação de escoltas, reforços da segurança orgânica e aprofundamento de investigações.

Diagnóstico de Segurança do Poder Judiciário

Em 2016 foi realizado o 1º Diagnóstico de Segurança do Poder Judiciário. Os dados apurados vão alimentar o cadastro de juízes ameaçados. As informações estão sendo atualizadas pelo Diagnóstico de Segurança Institucional do Poder Judiciário 2017, em andamento, e permitirão ao CNJ ter um panorama do problema, possibilitando a produção de relatórios e outras análises decorrentes.

Os casos serão analisados e documentados, visando construir doutrina específica sobre o tema: juízes em situação de risco, levando em consideração as peculiaridades que o exercício da magistratura e a atividade jurisdicional encerram. Pretende-se averiguar quais variáveis são importantes, nessa análise. Por exemplo, se o gênero, a especialização e a localização da Comarca (capital/interior) são estatisticamente relevantes, constituindo fatores de risco à segurança do juiz.

A intenção do Departamento, é criar uma doutrina sobre o tema, o que facilitará a adoção de medidas preventivas de eventos e ameaças violentas, e a priorização de medidas de segurança de caráter indivisi-

vel, em detrimento de soluções dirigidas especificamente a um magistrado.

Departamento de Segurança Institucional do Poder Judiciário

O Departamento de Segurança Institucional do Poder Judiciário, previsto na Política Nacional de Segurança do Poder Judiciário regulamentada pela Resolução nº 239/2016 foi formalmente instalado em 30/5/2017, pela presidente do CNJ e do Supremo Tribunal Federal (STF), ministra Cármen Lúcia.

A unidade é responsável por assessorar o Comitê Gestor do Sistema Nacional de Segurança do Poder Judiciário na definição de protocolos, medidas e rotinas que farão parte da Política Nacional de Segurança.

A Política Nacional de Segurança Pública do Poder Judiciário estabelece as diretrizes a serem seguidas por todos os tribunais e conselhos na área da segurança institucional, visando garantir a segurança dos magistrados e de seus familiares em situação de risco, e a implementação de medidas de segurança orgânica necessárias para proteção das instalações dos órgãos do Poder Judiciário, dos servidores e jurisdicionados.

Guia de Segurança Pessoal

No Portal está disponível o Guia de Segurança Pessoal para Magistrados, contendo sugestões para auxiliar os ma-

gistrados a identificar situações de risco e adotar medidas para melhorar a segurança pessoal.

O Guia destaca que a segurança é, acima de tudo, responsabilidade pessoal de cada indivíduo e alerta que adotar medidas de segurança exige mudança de atitudes e rotinas, por vezes desconfortáveis, mas eficazes para prevenir a ocorrência de incidentes.

Aborda-se a importância da prevenção, o perfil do criminoso e da vítima, o estado de vi-

gilância, cuidados no local de trabalho, na vida pessoal, segurança na comunicação, em casos de eventos violentos, segurança para as mulheres e a importância de reportar os fatos ocorridos.

Na página da Segurança do Poder Judiciário encontram-se informações úteis sobre o tema, destacando-se os contatos do DSIPJ e boas práticas adotados pelos diversos órgãos do Poder Judiciário. *(Rivadavia Severo / Agência CNJ de Notícias)*

Divulgação



Departamento de Segurança Institucional do CNJ recebeu, no último ano, 20 informes de casos de supostas ameaças a juízes

Acusado de estupro de vulnerável é preso

A Polícia Civil, através da Delegacia Regional de Caxias, efetuou, na manhã dessa segunda-feira (2), a prisão de Jailson da Silva de Sousa, 21, em cumprimento a mandado de prisão preventiva expedido pela juíza da 5ª vara de Caxias. O mesmo foi denunciado pelo crime de estupro de vulnerável, no que resultou na gravidez da vítima. A prisão se deu no povoado Olho D'Água, zona rural, divisa entre Caxias e Matões. Por duas vezes Jailson conseguiu fugir do cerco policial em outras localidades. De posse do novo endereço de Jailson, a equipe conseguiu prendê-lo nessa segunda-feira. Familiares do mesmo ainda tentaram impedir a ação dos policiais civis, mas foram contidos. Jailson foi encaminhado à UPR de Caxias, e há notícias de que ele vinha ameaçando a vítima e seus familiares.

Ex-prefeito é condenado a devolver dinheiro por irregularidades na gestão

O ex-prefeito de Cidelândia, José Antônio Lisboa Neto, foi condenada devolver ao Município de Cidelândia a quantia de R\$ 192.724,18 - atualizada pelo INPC e juros legais -, pela prática de atos previstos no artigo 10, incisos VIII e IX da Lei de Improbidade Administrativa (LIA).

A pena foi determinada pelo juiz da comarca-sede de Açailândia, Ângelo Alencar dos Santos, no julgamento da Ação Civil Pública por Improbidade Administrativa movida pelo Ministério Público estadual, com base em julgamento do Tribunal de Contas do Estado (TCE) que reprovou as contas da gestão do ex-prefeito no exercício financeiro de 1998.

Relatório de Auditoria Governamental do TCE concluiu pela existência de diversas irregularidades na conduta do ex-prefeito, que causaram prejuízos aos cofres municipais da ordem de R\$ 35.628,10, tais como: realização de despesas sem licitação; fragmentação de despesas; ausência de contratos administrativos relativos a despesas empenhadas; favorecimento em processo licitatório e pagamentos indevidos por obras não realizadas, dentre outras.

Na sentença o juiz assegurou que, embora já tenha passado o prazo legal para atender ao pedido para impor as sanções relacionadas aos atos de improbidade creditados ao

réu - em vista de o mandato já ter encerrado há mais de cinco anos -, a Constituição Federal prevê a imprescritibilidade da ação de ressarcimento dos danos causados ao erário pelos atos de improbidade administrativa.

Segundo o juiz, a responsabilidade o ex-prefeito pelo ato de improbidade é “irrefutável”, porque ele era obrigado a zelar pelo cumprimento do requisito da licitação prévia,. No entanto, “ignorando esse dever, ordenou o pagamento de compras e prestação de serviços não licitados ou não embasados em efetiva prestação de serviços à Municipalidade”, enfatizou o magistrado. **(Helena Barbosa – Asscom / CGJ)**



Justiça mantém prisão do radialista Renald Café

Divulgação

A Justiça, através da audiência de custódia, realizada nesse domingo, 1º de outubro de 2017, manteve a prisão preventiva do radialista Francisco Charlys Renald Ribeiro Torres, o Renald Café, preso na noite de sexta-feira, dia 29 de setembro, acusado de abuso sexual de vulnerável.

Duas crianças do sexo feminino foram aliciadas na cabine de uma rádio localizada em um shopping de Imperatriz.

A audiência de custódia do radialista foi presidida pela juíza plantonista, Ana Beatriz Jorge de Carvalho Maia, titular da 2ª Vara Cível da Comarca de Imperatriz.

Renald Café foi autuado em flagrante delito nos termos do artigo 217-A do Código Penal por ato libidinoso contra vulneráveis. Um dos pontos principais para a permanência de Renald Café na prisão foram os depoimentos das duas crianças, uma de 10 e outra de 11 anos. De acordo com as vítimas, o acusado teria pedido para que entrasse uma de cada vez. Na sequência, ele sentou uma das meni-



Renald Café continua custodiado na antiga CCPJ

nas em seu colo e teria mantido contato sexual friccionando sua genitália no corpo da criança, sem tirar a roupa.

O que atraiu as crianças, segundo o que informou uma conselheira tutelar, teriam sido uns cartões para que elas fossem brincar em um parque montado no interior do shopping.

Como os cartões não haviam crédito, as crianças retornaram até a cabine da rádio, local onde teria acontecido o abuso.

Em função da não revoga-

ção da prisão através da audiência de custódia, Francisco Charlys Renald Ribeiro Torres foi levado de volta para a Unidade Prisional de Resocialização de Imperatriz-UPRI, antiga CCPJ, onde se encontra à disposição da Justiça. Se condenado, fato que é feito pelo juízo singular, Renald Café pode pegar de 8 a 15 anos de prisão.

Nas redes sociais, outras jovens acusaram Renald Café de a terem molestado anteriormente, fato que pode ser apurado pela polícia Civil.

Bom Jardim **Abertas 100 inscrições para** **casamento comunitário**

Estão abertas as 100 inscrições para a próxima edição do Projeto “Casamentos Comunitários” nos municípios de Bom Jardim (sede) e São João do Carú (termo judiciário), com a abertura de 50 vagas para casais de cada localidade. A cerimônia está prevista para 30 de novembro de 2017, às 16h, no Sindicato dos Profissionais do Magistério do Ensino Público de Bom Jardim (Rua da Palha, s/nº.

Bairro Alto dos Praxedes). As inscrições podem ser feitas de 2 a 31 outubro de 2017. Casais de residentes em Bom Jardim devem se inscrever no Cartório do 2º Ofício da Comarca de Bom Jardim, localizado na Praça Governador José Sarney, nº 37-B, Centro. Casais residentes em São João do Carú devem se dirigir à Serventia Extrajudicial local, na Rua Projetada, nº 1, Centro.

Núcleo orienta empresas sobre a Semana Nacional da Conciliação

Membros do Núcleo de Solução de Conflitos do Tribunal de Justiça do Maranhão, secretários judiciais, representantes de empresas e órgãos da Administração Pública Estadual reuniram-se para tratar da 12ª edição da Semana Nacional da Conciliação, que ocorrerá no período de 27 de novembro a 1º de dezembro deste ano.

No encontro – que ocorreu no Salão do Júri, no Fórum de São Luís, no Calhau – ficou estabelecido que as empresas deverão enviar, até o dia 16 deste mês, planilhas com os processos que estarão na pauta da Semana. As planilhas serão encaminhadas aos juizados da Capital e do Interior, onde tramitam os processos, assim como para as varas cíveis e de família. Os processos em pauta são de todo o Maranhão, incluindo São Luís. Caberá às empresas – por meio dos setores competentes – a

filtragem dos processos que podem ser resolvidos por meio da conciliação, ou seja, aqueles em que as empresas estejam aptas a oferecer propostas com possibilidade de aceitação pelos autores, para o seu arquivamento definitivo.

O coordenador do Núcleo de Conciliação, juiz Alexandre Abreu, conduziu a reunião e disse que é muito importante o Judiciário lançar uma campanha de conciliação, sendo interessante também que a sociedade abrace a ideia e entenda que é possível resolver questões do seu interesse por meio de acordos.

Participaram da reunião os representantes da Caema, Claro, Magazine Liliani, Credishop, Lojas Gabryella, Sky, Amil, Banco do Brasil, Bradesco, Itaú, Procuradoria Geral do Estado (PGE), Secretaria Estadual da Fazenda e Ceap.

Movimentação intensa nos bastidores do TJMA às vésperas da escolha do novo presidente

Como há um bom tempo não se via, a eleição desta quarta-feira que definirá o novo presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão será acirrada. Ao menos é isso que mostra o clima de intensa e efervescente movimentação reinante nos bastidores do Palácio Clóvis Bevilacqua. O pleito definirá, também, os novos vice-presidente e Corregedor-Geral de Justiça do TJMA.

O poder judiciário conta com 27 desembargadores, todos com direito a voto.

Consultados pelo Jornal Pequeno, alguns deram sua opinião a respeito das eleições, sob a condição de anonimato. Entre os consultados, ontem, a avaliação era de que a disputa entre os candidatos José Joaquim Figueiredo dos Anjos e Nelma Sarney estaria empatada, com 12 magistrados a favor de JJ e 12 com Nelma. Haveria ainda três indecisos.

Entre os 24 desembargadores divididos entre os dois candidatos, a opinião dos magistrados ouvidos, ontem, era de que quatro se absteriam de votar.

Os entrevistados avaliaram também que deve ganhar a eleição o candidato que conseguir maior número de apoiadores presentes na aguardada sessão.

Desembargadores escolhem amanhã, em pleito acirrado, novo presidente do TJMA

Os 27 desembargadores do Tribunal de Justiça do Maranhão elege, nesta quarta-feira, a mesa diretora que vai comandar o Judiciário estadual no biênio 2018/2019. A eleição para os cargos de presidente, vice-presidente e corregedor-geral ocorrerá na Sessão Plenária Administrativa, a partir das 9h, na sala das Sessões Plenárias do

TJMA. E a posse acontece em dezembro deste ano. O plenário elegerá os ocupantes da mesa diretora por maioria de seus membros efetivos. A eleição é realizada por votação secreta, dentre os membros mais antigos, em número correspondente ao dos cargos de direção, para mandato de dois anos, sendo vedada a reeleição e o exercício

de mais de dois cargos da mesa. O Regimento Interno do TJMA estabelece quórum de dois terços dos membros da Corte para a eleição. O parágrafo 3º do artigo 89 do Regimento diz que é obrigatória a aceitação do cargo, salvo recusa manifestada antes da eleição. Nesta situação ou em caso de inelegibilidade, serão chamados a compor a relação os desembargadores mais antigos, em número igual ao dos cargos a serem preenchidos. Eleição – Para cada cargo, será feita uma votação e considerado eleito o desembargador que obtiver a maioria absoluta dos votos dos presentes. Se nenhum dos magistrados elegíveis obtiver a maioria absoluta, haverá novo escrutínio entre os dois mais

votados. Em caso de empate, será feita mais uma votação e, persistindo o empate, será considerado eleito o mais antigo. Cada eleição terá cédula própria, na qual serão incluídos, na ordem decrescente de antiguidade, os nomes dos desembargadores que concorrerão ao cargo. Atualmente, a mesa diretora do Judiciário maranhense é composta pelos desembargadores Cleones Carvalho Cunha (presidente), Maria das Graças Duarte (vice-presidente) e Anildes Chaves Cruz (corregedora-geral da Justiça). A princípio, concorrem a presidente os desembargadores José Joaquim Figueiredo dos Anjos e Nelma Sarney, com tendência de disputa acirrada.

Cartórios

Resolução regulamenta prestação de contas de Serventias Extrajudiciais

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) publicou a Resolução nº 332017, que dispõe sobre a remessa mensal da prestação de contas, com receitas e despesas, pelos interinos/interventores de todas as Serventias Extrajudiciais em funcionamento no Estado do Maranhão.

O documento – assinado pelo presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Cleones Cunha – visa regulamentar o controle e a fiscalização dos Serviços Notariais e de Registro, estabelecendo rotinas padronizadas e determinando um período único e mensal para apuração da prestação

de contas.

De acordo com a resolução, a prestação de contas deverá ser encaminhada mensalmente, até o dia 10 do mês subsequente ao mês base da prestação de contas analisado.

Ela deverá ser enviada instruída com receitas e despesas, acompanhadas de documentos comprobatórios que possuam validade fiscal e contábil, bem como do comprovante do recolhimento do valor excedente à remuneração do interino/interventor.

O atraso na apresentação da prestação de contas implicará em limitação na liberação dos selos

de fiscalização para a Serventia Extrajudicial, sendo garantido apenas o mínimo necessário para o desempenho das atividades cartoriais. As informações deverão ser apresentadas por meio do sistema Malote Digital da Serventia, com os documentos que a instruem.

Somente será admitido o encaminhamento das informações por meio físico quando ficar devidamente comprovada a impossibilidade técnica do envio por Malote Digital, considerando-se, nos demais casos, intempestivas e ineficazes as informações efetuadas. A prestação de contas será

recebida por setor competente da Corregedoria Geral da Justiça, que, após análise dos documentos emitirá relatório técnico acerca da regularidade das contas para subsidiar decisão da corregedoria-geral da Justiça.

Verificada a existência de alguma irregularidade, o setor competente comunicará à Corregedoria Geral da Justiça, para verificação de quebra de confiança, em regular processo administrativo.

A resolução atende ao que está determinado no artigo 1º do Provimento nº 12/2014 da Corregedoria Geral da Justiça, publicado no Diário de Justiça Eletrônico no dia 22 de setembro de 2014. A norma estabeleceu a obrigatoriedade de que a escrituração do Livro Diário Auxiliar deve ser realizada, de forma padronizada, no Sistema Integrado de Arrecadação do SIAFERJ-WEB.

Informe JP

Prende e solta

Quatro dos sete acusados de serem assaltantes de banco presos em Zé Doca, na última sexta-feira (29), pela Superintendência Estadual de Investigações Criminais (Seic), foram soltos por ordem do juiz Adelvan Nascimento Pereira.

O alvará de soltura foi concedido no domingo (1º) durante a audiência de custódia. Foram soltos Lucas Michael Silva de Oliveira, Gildean Alves, Marlon de Sousa Damasceno e Raimundo Silva Cardoso.

“Não verifico que suas liberdades venham agredir a ordem pública”, disse o juiz no despacho. A Seic apurou que o bando pretendia assaltar a agência do Banco do Brasil de Zé Doca.

Radialista tem prisão preventiva decretada e retorna para presídio

Já está novamente encarcerado na Unidade Prisional de Ressocialização de Imperatriz (UPRI) o radialista Francisco Charles Renald Torres, mais conhecido como “Renald Café”, capturado na sexta-feira (30) por suspeita de pedofilia em um shopping center da cidade. Neste domingo (1º), em audiência de custódia, a Justiça converteu a prisão em flagrante em prisão preventiva.

Conforme a magistrada Ana Beatriz Jorge de Carvalho Maia, titular da 2ª Vara Cível de Imperatriz, que presidiu a audiência de custódia, encerrada às 15h de domingo, a conversão para prisão preventiva é necessária para a manutenção da ordem pública, fundamentando a decisão no fato de que esse tipo de crime, estupro de vulnerável, é rejeitado pela sociedade, ainda mais tendo como vítimas duas crianças, uma de 10 e outra de 11 anos.

Para a juíza, os indícios e a

DIVULGAÇÃO



O radialista permanece preso na Unidade Prisional de Ressocialização de Imperatriz

materialidade do delito são suficientes para a decretação da prisão do suspeito, assim como os depoimentos das testemunhas e das próprias crianças.

O CRIME

Na noite de sexta-feira, o radialista abusou das duas vítimas na

cabine de uma rádio situada nas dependências do Imperial Shopping, em Imperatriz. Ele, que trabalha na locução, foi denunciado por um segurança do estabelecimento e que acionou o Conselho Tutelar. Esta entidade narrou para a Polícia Civil que “Renald Café” atraiu as crianças com cartões, para que elas brincassem em um parque existente no shopping. Logo em seguida, as meninas retornaram para a cabine da rádio depois que verificaram que os cartões não tinham crédito. Lá, aconteceram os abusos, sendo que entrou no compartimento uma criança de cada vez. Segundo o Conselho Tutelar, uma das vítimas foi colocada no colo dele, esfregando-a em seu corpo, em um ato libidinoso. O radialista foi preso na cidade de Davinópolis, para onde havia fugido após tomar conhecimento de que estava sendo procurado pela polícia.

(NELSON MELO)